

“Cronograma é improrrogável”

por Cynthia Malta
de Buenos Aires

O presidente da Argentina, Carlos Menem, observou ontem a este jornal, que o Mercosul entrará em vigor em 1º de janeiro de 1995 na forma de uma união aduaneira imperfeita e que o cronograma estabelecido pelos quatro sócios — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai é “improrrogável”.

Menem, que falou a este jornal logo após ter almoçado com o presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na embaixada do Brasil, considerou o encontro “excelente” e disse que, assim como era amigo do presidente Itamar Franco, também era amigo de Fernando Henrique. A preocupação em reafirmar o compromisso de seu país com relação ao Mercosul tem origem nas declarações feitas pelo ministro de Economia, Domingo Cavallo, na última quarta-feira. Cavallo disse que o Mercosul deveria fazer uma opção e escolher entre aprofundar a união aduaneira entre os quatro países em bus-

ca do mercado comum ou ampliar o mercado via acordo de livre comércio com terceiros países. A diferença entre essas posições é que, enquanto a zona de livre comércio pode ser criada a partir de negociações mais simples, envolvendo apenas zeragem de tarifas alfandegárias, a criação de uma união aduaneira exige o estabelecimento de uma tarifa externa comum aos países que a integram. Esta segunda opção, portanto, mais complexa. Tanto que os quatro sócios do Mercosul deverão implementar em janeiro de 1995 uma união aduaneira parcial. Ou seja, cerca de 80% dos produtos terão tarifas alfandegárias comuns aos quatro, ficando os demais 20% para serem acertados em 2001 e 2006. Nesse grupo, estariam incluídos bens de informática, bens de capital e telecomunicações, por exemplo. Isso significa que, enquanto o Brasil prefere manter uma tarifa mais alta para importar bens de capital para proteger a sua indústria local, a Argentina quer praticar uma alíquota menor para poder importar máquinas mais baratas de outros países.